



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

ANEXO 4

ESTRUTURA TARIFÁRIA

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA MOGIANA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1. O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO.
- 1.2. O modelo de cobrança prevê instalação de [•] ([•]) PÓRTICOS, nas localizações dispostas no item 1.4. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA passará a operar [•] ([•]) PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes no SISTEMA REMANESCENTE até que seja implantado o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, conforme disposto no ANEXO 20, quais sejam:

Código	Praça de Pedágio Existente	Rodovia	Cobrança	Sentido de Cobrança	Localização
P2	Estiva Gerbi	SP-340	Bidirecional	Ambos	220,520
P3	Casa Branca	SP-340	Bidirecional	Ambos	253,540
P4	Mococa	SP-340	Bidirecional	Ambos	267,150
P8	Aguai	SP-344	Bidirecional	Ambos	218,900
P10	S. J. Boa Vista	SP-215	Unidirecional	Norte	41,090
P12	Itobi	SP-350	Unidirecional	Norte	253,030

- 1.3. Conforme o estabelecido no ANEXO 20, a CONCESSIONÁRIA será responsável por implantar o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE em todo o SISTEMA RODOVIÁRIO nos termos e prazos ali delimitados, considerando os pórticos nas seguintes localizações:

Código	Rodovia	Localização	Cobrança	Longitude	Latitude
P01	SP-340	192,32	Bidirecional	-46.9927435	-22.1622568
P02	SP-340	220,52	Bidirecional	-47.0514434	-21.9165659
P03	SP-340	253,54	Bidirecional	-47.0474033	-21.6397082
P04	SP-340	267,15	Bidirecional	-47.0258702	-21.5186004
P05	SP-135	2,86	Bidirecional	-47.4568044	-22.7581144
P06	SP-135	16,5	Bidirecional	-47.5671904	-22.7381452
P07	SP-304	122,81	Bidirecional	-47.2758371	-22.753791
P08	SP-304	144,227	Bidirecional	-47.4804163	-22.7550576
P09	SP-304	154,16	Bidirecional	-47.5722745	-22.7250585
P10	SP-344	218,9	Bidirecional	-46.8501546	-22.0139087
P11	SP-344	230,1	Bidirecional	-46.8412825	-21.9479376
P12	SP-215	41,09	Bidirecional	-46.9852962	-21.8130837
P13	SP-350	242,21	Bidirecional	-47.0265815	-21.7631502

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

P14	SP-350	253,03	Bidirecional	-46.9464485	-21.7049017
P15	SP-346	206,02	Bidirecional	-46.7300601	-22.1604066
P16	SP-338	292,2	Bidirecional	-47.2082946	-21.3996942
P17	SP-333	18,27	Bidirecional	-47.4629882	-21.2903282
P18	SP-333	48,68	Bidirecional	-47.6455956	-21.2064306

- 1.4. Até que o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE seja implantado, as diretrizes em relação à operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO devem observar o disposto neste ANEXO.
- 1.5. As diretrizes relacionadas à implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, como prazos de implantação, processo de CONVERSÃO, pagamento da TARIFA DE PEDÁGIO estão previstas no ANEXO 20.
- 1.6. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE não altera a forma de cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO estabelecida neste ANEXO.

2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO

- 2.1. O sistema operacional de arrecadação nas PRAÇAS DE PEDÁGIO será composto de cabines para pagamento manual e automático, com controle e contagem dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

3. SISTEMA DE PEDÁGIO

3.1. Modelo de Pedagiamento

- 3.1.1. O modelo de pedagiamento do SISTEMA RODOVIÁRIO prevê a operação de PRAÇAS DE PEDÁGIO nos trechos e localizações especificados neste ANEXO, bem como a CONVERSÃO e implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20.
- 3.1.2. O USUÁRIO pagará uma TARIFA DE PEDÁGIO, conforme regramento deste ANEXO.
- 3.1.3. A cobrança será realizada nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS que compõem o SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20.
- 3.1.4. A base para o cálculo das TARIFAS DE PEDÁGIO está discriminada nas Fórmulas 1, 2 e 3 deste ANEXO, considerando a aplicação da TARIFA QUILOMÉTRICA aplicável, o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP) e o multiplicador relacionado à categoria dos veículos, independentemente de sua cobrança em PRAÇA DE PEDÁGIO ou PÓRTICO.

3.2. Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio

- 3.2.1. O início da operação da(s) PRAÇA(S) DE PEDÁGIO estará autorizado a partir da assinatura

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

3.2.2.A CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO, seja nas PRAÇAS DE PEDÁGIO, seja nos PÓRTICOS, à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.

3.2.3.A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores provenientes da arrecadação da TARIFA DE PEDÁGIO nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, sendo vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter em face do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP.

3.3. Alterações Futuras

3.3.1.Após a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, a CONCESSIONÁRIA poderá propor o redimensionamento dos TCP e reposicionamento dos PÓRTICOS, conforme regramento do ANEXO 20.

3.3.2.Também poderá ser proposto plano de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e, conforme o caso, do PODER CONCEDENTE, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

3.3.3.Os termos dos eventuais planos de TARIFAS DE PEDÁGIO variáveis ou dinâmicas, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

3.3.4.O plano de tarifas variáveis ou dinâmicas poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as TARIFAS DE PEDÁGIO para diferentes CATEGORIAS, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

3.3.5.A avaliação de eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de planos de tarifas variáveis ou dinâmicas levará em conta o volume de veículos por eixos equivalentes e o valor da TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, fixada para CATEGORIA 1.

4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

4.1. Modelo de Pedagiamento

4.1.1.O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá à cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO nas PRAÇAS DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS, conforme o caso, nos trechos e nas localizações indicadas neste ANEXO e no ANEXO 20, sem prejuízo do disposto no item 3 acima.

4.2. Tarifa Quilométrica de Pedágio

4.2.1. As TARIFAS DE PEDÁGIO são definidas, após a CONVERSÃO, tendo como referência uma TARIFA QUILOMÉTRICA base definida para o mês de [•] cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e têm como valor de referência o equivalente a R\$ 0,1477/km, bidirecional, para pista simples.

4.2.2. A cobrança pelo AVI deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, sem prejuízo da aplicação adicional do DUF.

4.2.3. O USUÁRIO do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE que não optar pelo AVI e realizar o pagamento via PLATAFORMA, nos termos do ANEXO 20, não terá direito ao desconto mínimo de 5% (cinco por cento) disposto acima.

4.2.4. Até a CONVERSÃO, as TARIFAS DE PEDÁGIO seguirão o disposto no item 4.4.1 deste ANEXO.

4.3. Requalificação Tarifária

4.3.1. A Requalificação Tarifária ocorrerá:

4.3.1.1. Após a finalização das obras de duplicação, cenário em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 40% para o trecho em que tiverem sido concluídas as obras de duplicação; e/ou

4.3.1.2. Após a finalização da implantação de faixas adicionais em pistas simples, momento em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 10%;

4.3.1.3. Após a finalização da implantação de faixas adicionais em pista dupla, momento em que a CONCESSIONÁRIA passará a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA com um incremento de 61%;

4.3.1.4. Consideram-se concluídos os investimentos previstos nos itens do ANEXO 21, individualmente.

4.3.2. A Requalificação Tarifária, em qualquer de suas modalidades, apenas ocorrerá com a expressa anuência da ARTESP, necessariamente após a competente vistoria, que atestará, conforme o caso e de acordo com o item 9 do APÊNDICE H, a conclusão das duplicações e das faixas adicionais no âmbito dos investimentos em Ampliações, conforme cada um dos itens, individualmente, do ANEXO 21, bem como as condições de segurança da via para o tráfego seguro dos USUÁRIOS.

4.3.3. Considera-se segura a liberação do tráfego ao USUÁRIO somente quando implantados todos os dispositivos, equipamentos, Obras de Arte Especiais e sistemas que compõem o trecho duplicado ou as faixas adicionais, que sejam essenciais à entrada em operação em segurança, ainda que a integralidade dos investimentos exigíveis para a Requalificação

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

Tarifária não tenha sido concluída.

4.3.3.1. A constatação pela ARTESP de “não conformidades” que não representem risco à liberação segura ao tráfego da via não impedirá a Requalificação Tarifária.

4.3.3.2. Na hipótese do item 4.3.3.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar as devidas correções em até 30 (trinta) dias após a liberação segura ao tráfego, prorrogáveis a critério da ARTESP, sob pena de aplicação das penalidades dispostas no ANEXO 11.

4.3.4. Não obstante o disposto acima, em qualquer caso, caso haja autorização da ARTESP para liberação do tráfego seguro nas vias duplicadas ou nas faixas adicionais, a Requalificação Tarifária será aplicável.

4.4. Trecho de Cobertura de Pedágio

4.4.1. A TARIFÁ BÁSICA das PRAÇAS DE PEDÁGIO, até a CONVERSÃO, será definida da seguinte forma, tendo como referência o mês de [•]:

Código	Tarifa
Estiva Gerbi	7,35
Casa Branca	6,60
Mococa	6,30
Aguaí	4,65
S. J. Boa Vista	5,10
Itobi	9,30

4.4.1.1. Sobre tais valores, também deverá ser considerado, na cobrança pelo AVI um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação ao valor acima indicado, sem prejuízo da aplicação adicional do DUF.

4.4.2. A partir da implantação integral do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20, os Trechos de Cobertura de Pedágio serão divididos da seguinte forma:

Código	Rodovia	km início	km fim	Extensão	Início da Concessão		Final da Concessão			
					Pista Simples	Pista Dupla	Pista Simples	Implantação de Faixa Adicional em pista simples	Pista Dupla	Implantação de Faixa Adicional em pista dupla
P01	SP-340	171,50	200,10	28,60	-	28,60	-	-	28,60	-
P02	SP-340	200,10	237,02	36,92	-	36,92	-	-	36,92	-
P03	SP-340	237,02	268,95	31,93	-	31,93	-	-	31,93	-
P04	SP-340	268,95	281,77	12,82	-	12,82	-	-	12,82	-

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

P05	SP-135	0	8,540	8,540	8,540	-	8,540	-	-	-
P06	SP-135	8,540	22,500	13,960	13,960	-	13,960	-	-	-
P07	SP-304	120,850	137,700	16,850	-	16,850	-	-	16,85	-
P08	SP-304	137,700	146,560	8,860	-	8,860	-	-	8,860	-
P09	SP-304	146,560	160,020	13,460	-	13,460	-	-	13,460	-
P10	SP-344	200,10	223,72	23,62	-	23,62	-	-	23,62	-
P11	SP-344	223,72	242,60	18,88	18,88	-	14,28	-	4,60	-
P12	SP-215	29,70	49,94	20,24	20,24	-	-	-	20,24	-
P13	SP-350	238,41	247,20	8,79	8,79	-	-	-	8,79	-
P14	SP-350	247,20	272,10	24,90	24,90	-	-	-	24,90	-
P15	SP-346	200,70	217,52	16,82	-	16,82	-	-	16,60	0,22
P16	SP-338	268,30	310,96	42,66	42,66	-	36,26	6,40	-	-
P17	SP-333	0	31,25	31,25	9,90	21,35	6,41	1,49	21,35	-
P18	SP-333	31,25	55,00	23,75	-	23,75	-	-	23,75	-

Observações:

- i. Os TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO serão recalculados após a implantação do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, nos termos do ANEXO 20, de acordo com a tabela acima.
- ii. Os ACESSOS não são considerados na composição dos TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO.
- iii. Os PÓRTICOS poderão ser reposicionados em um intervalo de até 200 (duzentos) metros a partir da localização indicada no item 1.4 (no sentido crescente ou decrescente) sem a necessidade de aprovação da ARTESP, desde que não prejudique a segurança viária.
- iv. A CONCESSIONÁRIA poderá propor alteração dos TCPs, inclusão de novos PÓRTICOS ou o reposicionamento dos PÓRTICOS fora do intervalo previsto acima, conforme prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e sem prejuízo do nível dos serviços oferecidos ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 3. Os termos dos eventuais reposicionamentos, sejam eles de ordem operacional, de investimentos, econômico-financeira, entre outros, serão acordados entre as PARTES, inclusive quanto a eventual reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro.

4.5. Tarifa de Pedágio

4.5.1.A TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada para cada PRAÇA DE PEDÁGIO e/ou nos PÓRTICOS do SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme previsto no EDITAL, no CONTRATO e ANEXOS, considerará o disposto no item 3.1.4 e as TARIFAS QUILOMÉTRICAS conforme item 4.2.

4.6. Classificação dos Veículos

4.6.1.A TARIFA DE PEDÁGIO que será considerada para fins de atualização monetária do CONTRATO e controle econômico-financeiro pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

corresponderá à TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO multiplicada pelo multiplicador da TARIFA DE PEDÁGIO correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

CATEGORIA	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICROÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR - ISENTO	-	-	0
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

Observações:

- Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente à dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
- Sem prejuízo da Tarifa de pedágio calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional equivalente a 2 (duas) vezes a tarifa de pedágio, por tonelada acima de 57 (cinquenta e sete) toneladas do peso total do veículo, excluídos os veículos denominados “rodotrem” ou “treminhão”, enquadrados na Resolução 631-84 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ou outra que a substitua, desde que atendam aos limites legais de carga por eixo.
- O cálculo da TARIFA DE PEDÁGIO para veículos com mais de 6 (seis) eixos deverá considerar como multiplicador o número de eixos.
- Para fins de contagem do número de eixos, não deverão ser considerados os eixos que trafeguem sem contato com o solo, desde que os veículos circulem vazios, conforme

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

critérios da Resolução Conjunta SPI/SEMIL nº 01/2023.

4.7. Cálculo da Tarifa de Pedágio

4.7.1.A RECEITA TARIFÁRIA BRUTA utilizada na composição da RECEITA BRUTA deverá considerar a TARIFA DE PEDÁGIO obtida por meio do cálculo exposto na Fórmula 1 a seguir, que resulta na TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada categoria:

FÓRMULA 1:

$$TBP_t = TQ_t \times TCP_{s,t} + 1,1 \times TQ_t \times TCP_{sFA,t} + 1,4 \times TQ_t \times TCP_{d,t} + 1,61 \times TQ_t \times TCP_{dFA,t}$$

$$TP_t = TBP_t \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

TBP_t é a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO, a ser cobrada no ano “t” após a CONVERSÃO.

TQ_t é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio descrita no item 4.2 e atualizada conforme o item 4.8.

$TCP_{s,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista simples no ano “t,” conforme o item 4.4.

$TCP_{sFA,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista simples com intervenção de faixa adicional no ano “t,” conforme o item 4.4 e de acordo com a fórmula 1.1 prevista abaixo.

$TCP_{d,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista dupla no ano “t,” conforme o item 4.4.

$TCP_{dFA,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista dupla com intervenção de faixa adicional no ano “t,” conforme o item 4.4 e de acordo com a fórmula 1.1 prevista abaixo.

TP_t é a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada categoria do item 4.6.

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria no item 4.6

FÓRMULA 1.1:

$$TCP_{FA,t} = 50\% * (EXT_{FA,t,C} + EXT_{FA,t,D})$$

$TCP_{FA,t}$ é o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO em pista dupla ou simples com intervenção de faixa adicional no ano “t,” conforme o item 4.4.

$EXT_{FA,t,C}$ é a extensão de intervenção em faixa adicional no sentido crescente no ano “t”.

$EXT_{FA,t,D}$ é a extensão de intervenção em faixa adicional no sentido decrescente no ano “t”.

4.8. Validade e Atualização Tarifária

4.8.1. Preservação das TARIFAS e atualização monetária do CONTRATO

4.8.1.1. Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO e o valor monetário do CONTRATO deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste ANEXO e no CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

4.8.1.2. Os valores das TARIFAS QUILOMÉTRICAS deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir.

FÓRMULA 2:

Para o primeiro ano contratual, a TARIFA QUILOMÉTRICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ [•]_{/2024} \times \frac{IPCA_0}{IPCA [•]_{/2024}}$$

Onde,

TQ_0 é a TARIFA QUILOMÉTRICA no primeiro ano contratual.

$TQ[•]_{/2024}$ é a TARIFA QUILOMÉTRICA base em $[•]_{/2024}$, conforme disposto no item 4.2.

$IPCA_0$ é o número índice¹ do IPCA do segundo mês anterior à DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

$IPCA [•]_{/2024}$ é o número índice¹ do IPCA referente a $[•]_{/2024}$.

FÓRMULA 3:

A TARIFA QUILOMÉTRICA será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado a partir do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ [•]_{/2024} \times \frac{IPCA_t}{IPCA [•]_{/2024}}$$

Onde,

TQ_t é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio no ano contratual “t”.

$TQ [•]_{/2024}$ é a tarifa quilométrica base em $[•]_{/2024}$, conforme disposto no item 4.2.

$IPCA_t$ é o número índice¹ do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual “t”.

$IPCA [•]_{/2024}$ é o número índice² do IPCA referente a $[•]_{/2024}$.

Até a CONVERSÃO, a TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO prevista no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será atualizada de acordo com as fórmulas 2 e 3.

4.9. Incidência de Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados

4.9.1.A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA deverá considerar a TARIFA DEVIDA, que será calculada de acordo com a Fórmula 4 deste ANEXO. No primeiro ano contratual, a TARIFA DEVIDA será igual à TARIFA DE PEDÁGIO.

¹ Dezembro de 93 = 100

² Dezembro de 93 = 100

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

4.9.2.A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA à CONCESSIONÁRIA levará em consideração a incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3.

FÓRMULA 4:

$$TBDP_t = (0,90 + 0,10 \text{ IQD}) \times TBP_t$$

$$TDP_t = TBDP_t \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

TBDP_t é a TARIFA BÁSICA DEVIDA, reajustada para o ano t do CONTRATO, com duas casas decimais. IQD é o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3.

TDP_t é a TARIFA DEVIDA, para cada categoria conforme disposto no item 4.6.

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria, conforme disposto no item 4.6.

4.9.3.Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, deverão ser depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

4.9.4.A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, visando a comprovar que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

4.9.5.A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação dos valores referentes ao IQD para o respectivo ano contratual. Diante de eventual confirmação de que os índices referentes ao IQD foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO, passará a ser aplicado o IQD correto, assegurada a compensação retroativa dos descontos aplicados.

4.10. Saldo em Favor da Concessão

4.10.1. O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde:

SRPC_d é o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO calculado no dia d.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

RTB é a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, conforme disposto no item 4.7.

RTD é a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, conforme disposto no item 4.9.

4.10.2. O SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO deverá ser apurado na forma que restar definido, conforme disposto no APÊNDICE D, e o valor resultante transferido, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, nos termos do APÊNDICE D.

4.10.3. Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados, pela CONCESSIONÁRIA, os valores finais de SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DA CONCESSÃO final calculado para o mesmo ano:

- i. se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor excedente para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA; e
- ii. se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

4.11. Aprovação das Tarifas

4.11.1. Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência.

4.11.2. No caso de atraso na requalificação ou reajuste tarifários, a recomposição do equilíbrio do CONTRATO será realizada preferencialmente mediante utilização de recursos disponíveis na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

4.12. Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual

4.12.1. Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

4.13. Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos

4.13.1. Desconto de Usuário Frequente

4.13.2. Os USUÁRIOS que optarem pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e trafegarem em veículos da Categoria 1,7 e 8 no SISTEMA RODOVIÁRIO terão direito ao DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE, de acordo com a quantidade de passagens realizadas no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário.

4.13.3. O DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE incidirá sobre a TARIFA DE PEDÁGIO de cada PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO da seguinte forma:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

- (i) A partir da 11ª passagem no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário será aplicado um desconto de 10% (dez por cento).
- (ii) A partir da 21ª passagem no mesmo PÓRTICO ou PRAÇA DE PEDÁGIO, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário será aplicado um desconto de 20% (vinte por cento).

4.13.4. O DESCONTO DO USUÁRIO FREQUENTE será aplicável a todos os PÓRTICOS ou PRAÇA DE PEDÁGIO até o fim da vigência do CONTRATO.

4.13.5. O USUÁRIO do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE que não optar pela utilização do AVI e realizar o pagamento via PLATAFORMA, nos termos do ANEXO 20, não terá direito ao benefício do DUF.

4.13.6. A CONCESSIONÁRIA deverá apurar, durante o prazo da CONCESSÃO, a perda de receita decorrente do DUF, que consiste no somatório da diferença entre (i) os valores que seriam auferidos pela CONCESSIONÁRIA por meio da cobrança dos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF da tarifa aplicável à cobrança AVI para veículos da Categoria 1,7 e 8 e (ii) os valores efetivamente auferidos de Tarifas pagas pelos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF.

4.13.7. Para fins de cálculo da perda de receita decorrente da incidência do DUF, considera-se a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, e não a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA.

4.13.8. Até o 5º dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DUF acumulado no mês anterior e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.

4.13.9. Trimestralmente, a ARTESP deverá consolidar os valores relativos à perda de receita, para fins de pagamento da COMPENSAÇÃO DUF.

4.13.10. A COMPENSAÇÃO DUF será paga nos termos do APÊNDICE D.

4.14. Isenções

4.14.1. Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de TARIFA DE PEDÁGIO os veículos:

- i. de propriedade do PODER CONCEDENTE e da ARTESP;
- ii. de uso do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- iii. de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- iv. das forças militares, quando em instrução ou manobra;
- v. que se enquadrem na categoria de motocicleta, motoneta e bicicleta a motor;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

- vi. de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos (GCTI), do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada; e
- vii. veículos operacionais da CONCESSIONÁRIA.

4.14.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA tomar as medidas necessárias para a implementação das isenções no âmbito do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE.

4.15. Privilégios Tarifários Específicos

4.15.1. É vedado à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se (i) no cumprimento de lei, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, ou (ii) previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

4.16. Promoções e Descontos

4.16.1. A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo das Fórmulas 4 e 5 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

5. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO

5.1. A TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- i. quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- ii. quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

5.2. Para a definição das TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO do AVI e do SISTEMA AUTOMÁTICO LIVRE, deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não deve ser efetuado nenhum arredondamento.

6. CONTROLE E OPERAÇÃO DAS PRAÇAS DE PEDÁGIO

6.1. Responsabilidades da Concessionária

6.1. A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

Pedágio e operação de tráfego na área das PRAÇAS DE PEDÁGIO, cabendo-lhe:

- i. Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS e das pistas de rolamento com cobrança automática, realizando a sinalização nos termos da regulamentação aplicável;
- ii. Sinalizar as pistas;
- iii. Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- iv. Fiscalizar a arrecadação;
- v. Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- vi. Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- vii. Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- viii. Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos, adotando os meios e recursos que considere apropriados para tal;
- ix. Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por agente arrecadador;
- x. Prestar atendimento ao USUÁRIO;
- xi. Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;
- xii. Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas PRAÇAS DE PEDÁGIOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:
 - a. Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;
 - b. Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;
 - c. Registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio;
- xiii. Permitir a integração das informações com o CCI da ARTESP, conforme os termos estabelecidos no EDITAL e nos ANEXOS.

6.2. Normas Operacionais

6.1.1.A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INTENSIVO INICIAL, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
Concessão do Lote Rota Mogiana

para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do USUÁRIO no momento do pagamento, acidentes e outros.